



**UNIDADE REGIONAL COLEGIADA DO RIO PARAÓPEBA**  
**Ata da 95ª reunião, realizada em 19 de abril de 2016**

1 Em 19 de abril de 2016, reuniu-se ordinariamente a Unidade Regional  
2 Colegiada do Rio Paraopeba (URC Paraopeba) do Conselho Estadual de  
3 Política Ambiental (COPAM), em Belo Horizonte, Minas Gerais. Participaram  
4 os seguintes membros titulares e suplentes: o presidente André Luis Ruas,  
5 representante da SEMAD. Representantes do poder público: Ênio Resende de  
6 Souza, da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento  
7 (Seapa); Sônia Maria Costa Greco, da Secretaria de Estado de  
8 Desenvolvimento Econômico (Sede); Ronan Andrade Nogueira, da Secretaria  
9 de Estado de Desenvolvimento Regional, Política Urbana e Gestão  
10 Metropolitana (Sedru); Adenilson Brito Ferreira, da Polícia Militar de Minas  
11 Gerais (PMMG); Mauro da Fonseca Ellovitch, da Procuradoria-Geral de  
12 Justiça (PGJ); Ubaldina Maria da Costa Isaac, do Instituto Brasileiro do Meio  
13 Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama); Ana Lúcia Guará  
14 Bezerra, do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM); Licínio  
15 Eustáquio Mol Xavier, da Associação Mineira de Municípios (AMM); Márcio  
16 Alvarenga Miranda, do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paraopeba (CBH  
17 Paraopeba). Representantes da sociedade civil: Carlos Alberto Santos  
18 Oliveira, da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais  
19 (Faemg); Eduardo Antônio Arantes do Nascimento, da Federação dos  
20 Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas (Fetaemg); Marco Aurélio  
21 Moreira, da Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Estado  
22 de Minas Gerais (Federaminas); Francisco de Assis Lafetá Couto, do  
23 Sindicato da Indústria Mineral do Estado de Minas Gerais (Sindiextra); Alírio  
24 Ferreira Mendes Junior, do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de  
25 Minas Gerais (Crea-MG); Marco Antônio da Silva, da Associação Regional de  
26 Proteção Ambiental do Alto Paraopeba e Vale do Piranga (Arpa); Geraldo  
27 Antunes da Conceição, do Instituto Ekos; Cíntia Garabini Lages, da Pontifícia  
28 Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas); Antônio Sérgio dos  
29 Santos Vieira, do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente de  
30 Brumadinho (Codema) – representantes da sociedade civil. **Assuntos em**  
31 **pauta.** **1) EXECUÇÃO DO HINO NACIONAL BRASILEIRO.** Executado o  
32 Hino Nacional Brasileiro. **2) ABERTURA.** O presidente André Luis Ruas  
33 declarou aberta a 95ª reunião da Unidade Regional Colegiada do Rio  
34 Paraopeba. **3) COMUNICADOS DOS CONSELHEIROS E ASSUNTOS**  
35 **GERAIS.** Presidente André Luis Ruas: “Eu gostaria de dar boas-vindas aos  
36 dois novos conselheiros que estão tomando posse na URC Rio Paraopeba:  
37 doutor Eduardo Nascimento, representante da Fetaemg, e doutor Alírio

38 Ferreira Mendes Junior, representante do Crea. Desejo boas-vindas aos  
39 senhores conselheiros e bom trabalho.” Conselheiro Licínio Eustáquio Mol  
40 Xavier: “Sobre a mesa dos senhores conselheiros, eu deixei uma revista,  
41 edição bimestral da Associação Mineira de Municípios. Dentro da  
42 possibilidade, após o Conselho, eu submeteria aos senhores a necessidade  
43 de ler as páginas 20 e 23. Na página 20, consta uma reunião que nós fizemos  
44 no mês passado envolvendo técnicos de meio ambiente das prefeituras  
45 conveniadas com a SEMAD: Brumadinho, Belo Horizonte, Juiz de Fora,  
46 Uberaba, Betim e Contagem. Foi um treinamento bem proveitoso, visando  
47 alinhamento de procedimentos nesses municípios. Nos dias 3, 4 e 5 de maio,  
48 nós vamos ter no Expominas o 33º Congresso Mineiro de Municípios e o 3º  
49 Encontro Estadual de Secretários Municipais de Meio Ambiente e Órgãos de  
50 Agropecuária e Agricultura. É um encontro inédito no Brasil, segundo a  
51 Anama, a Associação Nacional de Meio Ambiente. Dentro da programação  
52 dos dias 3, 4 e 5, nós disponibilizamos 150 vagas para cada sala, e com dez  
53 dias de circulação dessas pautas elas foram preenchidas. Então isso me  
54 alegra muito, por demonstrar o interesse público em relação aos temas lá  
55 colocados.” Conselheiro Mauro da Fonseca Ellovitch: “Como esta é,  
56 provavelmente, uma das nossas últimas URCs do COPAM com alguma  
57 relevância, eu não vou poder deixar de mencionar. Os senhores devem ter  
58 visto no ‘Diário Oficial, saiu a composição das Câmaras Temáticas. E,  
59 conforme já vinha sendo anunciado há muito tempo, foi feita a retirada do  
60 Ministério Público da discussão dos empreendimentos classes 5 e 6. É uma  
61 reestruturação feita pelo Estado que já vinha sendo anunciada desde o debate  
62 do Projeto de Lei da Reestruturação do Sisema. Eu já tive a oportunidade de  
63 questionar a quem interessa, realmente, a retirada do Ministério Público,  
64 enquanto fiscal da lei, do controle administrativo de procedimentos  
65 ambientais. Chama, no mínimo, a atenção, no momento de ocorrência do  
66 mais grave dano ambiental, do mais grave desastre ambiental acontecido no  
67 Brasil, retirar uma das instituições que, com todas as críticas que podem ser  
68 feitas, era uma das mais atuantes no Conselho e que, concordando ou  
69 discordando, pelo menos fomentava uma discussão democrática. Mas esse  
70 foi o posicionamento do Estado, capitaneado, sabe-se lá por quem ou por qual  
71 interesse, mas eu queria deixar para os senhores a tranquilidade de que a  
72 perda da função de deliberação administrativa preventiva não vai implicar em  
73 redução da atuação do Ministério Público. Muito pelo contrário, assim como o  
74 Sisema se reestruturou para retirar o Ministério Público, o Ministério Público  
75 está se reestruturando para continuar fiscalizando e atuando em relação aos  
76 procedimentos de licenciamento ambiental. Se durante muito tempo nós  
77 focamos a nossa atuação numa atuação preventiva, numa discussão  
78 administrativa, em privilegiar as soluções consensuais e buscar termos de  
79 consensos prévios, e o Estado entendeu por bem nos alijar dessa ferramenta,  
80 nós vamos voltar ao que era nossa atuação precípua. O nosso foco vai ser

81 agora muito mais voltado para o ajuizamento de ações, e por um lado vai ser  
82 bom porque vai nos dar mais tempo e estrutura para focar a atuação penal e a  
83 de improbidade administrativa, que até por questão de limitação material não  
84 estavam sendo desenvolvidas com a dimensão que merecia. Então essa  
85 reestruturação vai gerar consequências, é um processo natural de ação e  
86 reação, e vamos esperar para que seja feito o melhor pela sociedade, pelo  
87 meio ambiente. Mas eu não podia deixar de passar o recado para os senhores  
88 de que o Ministério Público vai continuar atuando e vai atuar de maneira mais  
89 firme do que nunca.” Conselheiro Geraldo Antunes da Conceição: “Doutor  
90 Mauro, o senhor realmente trouxe uma surpresa para o Instituto Ekos devido a  
91 essa situação da publicação da composição das Câmaras Temáticas. Nós já  
92 temos, formalizadas, ações contra a composição, e até hoje não tivemos  
93 resposta. Também nós ficamos surpreendidos. Eu não sei qual é o interesse,  
94 de quem quer que seja, para fazer uma composição ‘a ou b’. Mas pelo menos  
95 o Instituto Ekos não foi convidado para, pelo menos, dar sua opinião para  
96 poder apresentar uma proposta seja qual for. Realmente, é um fato estranho e  
97 adverso da composição de uma câmara mais que temática que é a  
98 composição desta Unidade Regional Colegiada. O Instituto não irá fazer  
99 nenhum comentário, mas eu ressalvo uma situação também de que é uma  
100 forma democrática ouvir as pessoas que estão aqui, pelo menos até hoje,  
101 fazendo com que as deliberações administrativas sejam colocadas na mesa  
102 de uma forma, pelo menos, respeitando as leis ambientais. Então a  
103 indignação também é por parte do Instituto Ekos, e faço com que possamos  
104 também trabalhar em cima da observação daquilo que é colocado de qualquer  
105 impacto ambiental, seja de qualquer área que for. Eu sei que são várias  
106 câmaras temáticas, e nós vamos acompanhar. Pertencendo a alguma câmara  
107 ou não, continua o Instituto Ekos na sua precípua atuação de  
108 acompanhamento para o devido cumprimento da legislação ambiental. Essa é  
109 a primeira fala, e a segunda é desejar boas-vindas aos colegas conselheiros,  
110 em nome aqui, com todo respeito, aos colegas conselheiros, para que sejam  
111 bem-vindos a esta Câmara, embora nós tenhamos prazo determinado. Mas  
112 qualquer que seja a nova composição, fica aqui a mensagem de que sejam  
113 bem-vindos e de que possamos trabalhar. Obrigado a todos.” Conselheiro  
114 Marco Antônio da Silva: “Eu também quero deixar registrada aqui, como  
115 representante de uma ONG, representando a sociedade civil, a minha  
116 indignação pela saída do Ministério Público. É um órgão fiscalizador, atuante  
117 aqui no Conselho e que vai fazer falta. Na verdade, um conselho, para ser  
118 arejado, realmente tem que ter todos os representantes. Só faltou tirar a  
119 Polícia Ambiental e os demais órgãos. Se for para ter um Conselho para só  
120 julgar os interesses das classes, então não interessa. Na verdade, eu deixo  
121 registrada a minha indignação pela saída do Ministério Público nesta nova  
122 composição.” Conselheiro Eduardo Antônio Arantes do Nascimento: “Eu,  
123 sinceramente, me surpreendo com governos agirem como se não houvesse

124 amanhã. Esse ritmo imposto às instituições no Brasil por parte dos setores  
125 econômicos, no caso aqui, em especial, a mineração, o governo aceitar isso,  
126 eu considero um absurdo. Retirar dos conselhos ambientais o Ministério  
127 Público, que cumpre o papel de poder moderador, vocês estão prejudicando a  
128 República. A questão da democracia e do fortalecimento da participação da  
129 sociedade tem que ser equilibrada, ou então levariam à última consequência:  
130 indiquem só eles. Porque, quando se tira o Ministério Público, está correndo o  
131 risco de amanhã tirar também em função dos posicionamentos. É como se  
132 neste país só eles tivessem direito de definir. Nós corremos esse risco, hoje à  
133 tarde, na URC Velhas. Se essa multa, esse auto de infração da Samarco, não  
134 for aprovado, o COPAM está desmoralizado. Tem que tomar muito cuidado. A  
135 pessoa tem o direito de fazer, é o direito legítimo da eleição, mas eu queria  
136 ressaltar que, durante a campanha, o atual governador, em nenhum  
137 momento, falou sobre essa visão. Falou sobre o fortalecimento da instituição  
138 SEMAD, do IEF, do IGAM, falou sobre valorização dos funcionários, dos  
139 servidores, e falou sobre fortalecimento das instâncias de deliberação. É em  
140 torno disso que quem votou a favor ou contra votou. Na audiência pública na  
141 Assembleia Legislativa que foi discutir a nova lei ambiental e a reestruturação  
142 – porque não foram discutidas aqui, mas falou-se que lá era o lugar de se  
143 discutir –, quem participou da audiência pública – que foi de 9h da manhã às  
144 17h – viu que foi unânime. Porque quem silencia eu considero que concordou.  
145 Ninguém foi lá, explicitamente, defender que o Ministério Público fosse  
146 retirado. E todos os que não têm medo de falar o que defendem e no que  
147 acreditam, claramente, defenderam a continuidade da Polícia Ambiental e a  
148 continuidade do Ministério Público. As sombras estão ganhando, e isso tem  
149 que ser levado em consideração. Agora, para a história, eu tenho certeza de  
150 que vão perder. Eu participo do COPAM há 15 anos, e não esperava ver uma  
151 atitude dessa. O Ministério Público é órgão público, inscrito na Constituição.  
152 Não está se tratando de uma ONG, de uma entidade. Limites estão sendo  
153 passados. Eu me solidarizo por tudo que o Ministério Público tem feito. E  
154 depois não reclamem, o poder moderador participa aqui para que as questões  
155 não sejam judicializadas; eles aceitam o resultado daqui. Eu lamento,  
156 profundamente, esse caminho não vai acabar bem. Conselheiro Adenilson  
157 Brito Ferreira: “Realmente, o projeto de lei retirava a Polícia Militar de Meio  
158 Ambiente do Sisema e o nosso poder de fiscalização administrativa, mas eu  
159 deixo aqui registrado o repúdio da Polícia Militar à retirada do Ministério  
160 Público. Como bem disse o doutor Mauro, o órgão que nós temos aqui mais  
161 atuante. E nós percebemos, na figura do doutor Mauro, a forma  
162 compromissada como o Ministério Público faz isso aqui no COPAM. Então fica  
163 registrado esse voto de repúdio.” Conselheiro Geraldo Antunes da Conceição:  
164 “Eu queria deixar bem claro, como o meu colega Marco Antônio. Nós somos  
165 representantes de duas ONGs que têm esses assentos aqui na Unidade  
166 Regional Colegiada do Paraopeba. Me deixa muito triste dizer o seguinte: nós

167 temos, junto com o Ministério Público e também com a Polícia Militar  
168 Ambiental, um entendimento, uma ótica talvez um pouco diferente de outros  
169 colegas. Claro que não desrespeitando opiniões, demonstrações, pareceres  
170 apresentados pelos demais colegas. Mas isso nos deixa muito estarecidos e  
171 tristes, porque o governo do Estado está na contramão do que está  
172 acontecendo. Nós estamos vendo aqui a população se manifestando aqui  
173 com relação ao grave acidente de Mariana. No momento em que nós  
174 deveríamos estar fortalecendo as instituições – dentre elas, o Ministério  
175 Público, que, claro, é importante estar conosco –, está se fazendo um  
176 esfacelamento, uma diminuição. De qual forma serão conduzidos os  
177 processos administrativos para que nós estejamos dando à sociedade e à  
178 comunidade a tranquilidade do cumprimento de um parecer técnico votado  
179 seja em qualquer câmara técnica? Então para mim a tristeza e o repúdio com  
180 relação à retirada do MP e à retirada de outras instituições. Eu não sei nem se  
181 o Instituto Ekos estará, e eu estou falando aqui em relação a mim também,  
182 porque é uma surpresa grande. Eu não sabia, e está se pedindo para fazer  
183 contato e de que forma vai ser feita a comissão. O doutor Mauro trouxe um  
184 fato aqui, e eu não sei se o Marco Antônio tem essa ciência já, mas eu não  
185 tenho, o Instituto não tem, embora tenha formalizado o pedido para apresentar  
186 de que forma vai ser apresentada a composição das câmaras. Agora, nós  
187 temos um fato já fechado, o doutor Mauro nos trouxe a notícia. É mais uma  
188 surpresa, mais uma situação daquela da noite para o dia. Então a indignação  
189 e o repúdio pela retirada de qualquer que seja a entidade em defesa do meio  
190 ambiente, como todas aqui são, mas, explicitamente, eu quero citar a Arpa, o  
191 Ibama, a Polícia Militar Ambiental, o Ministério Público e também o Instituto  
192 Ekos. É claro que nós respeitamos todas as demais, e também eu não sei  
193 qual a posição do Estado, mas isso nos dá muita intranquilidade. Em respeito  
194 à população que vem aqui pedir o nosso apoio, eu acho que, no mínimo, o  
195 governo do Estado deveria ter nos consultado, pelo menos, os 21  
196 componentes desta mesa. Porque fica uma situação de indignação. Nós  
197 sentados aqui agora, votando, deliberando atos administrativos sem saber o  
198 que vai acontecer amanhã? De que forma fica a situação? Fica meio  
199 estranha, e parece uma situação um pouco perigosa. Mas a indignação está  
200 registrada quanto à saída do MP, já declarada, e eu não sei se o Instituto  
201 Ekos estará também. Mas, estando ou não, nós continuaremos da mesma  
202 forma.” Conselheiro Marco Antônio da Silva: “Eu também quero deixar  
203 registrado que vou levar a questão para a diretoria da ONG, e nós vamos  
204 analisar a conveniência ou não de continuar no Conselho, porque nós vamos  
205 ser sempre a minoria aqui. E por ser trabalho voluntário, certamente, nós não  
206 temos a estrutura que tem o MP e outros órgãos de fiscalização para  
207 acompanhar os processos de licenciamento. E na verdade nós vamos cumprir  
208 essa participação aqui neste período, e, na nova composição do Conselho, a  
209 Arpa, a Associação Regional de Proteção Ambiental do Alto Paraopeba e do

210 Vale do Piranga, vai analisar a conveniência ou não de participar. Porque nós  
211 não vamos estar aqui nunca para regularizar ou dar aval para licenciamento  
212 sempre sendo a minoria e não estando estruturados, realmente, para competir  
213 com as demais classes que estão aqui representadas.” Geraldo Vitor de  
214 Abreu, subsecretário de Regularização Ambiental: “Eu só queria fazer um  
215 esclarecimento. Primeiro, que a legislação trouxe algumas alterações no  
216 modelo de licenciamento no Estado de Minas Gerais, e na composição do  
217 Conselho é importante dizer que o Ministério Público não foi excluído, o  
218 Ministério Público tem cadeira no Conselho. Tem cadeira no COPAM, na CNR  
219 e nas URCs. Nós alteramos o modelo do licenciamento e o fluxo dos  
220 processos. E cabe lembrar que nenhum conselho estadual nem o Conama  
221 submete processos aos conselheiros. Apenas Minas Gerais fazia isso. Hoje,  
222 nós alteramos o modelo do licenciamento para composição de câmaras  
223 técnicas que tratarão de procedimentos de licenciamentos classes 5 e 6; e os  
224 procedimentos classes 3 e 4 nós remetemos ao superintendente. Foi o  
225 modelo do licenciamento, não houve exclusão de nenhuma entidade do  
226 COPAM. É importante registrar isso. E mais: até no Conselho Nacional do  
227 Meio Ambiente o Ministério Público tem uma cadeira sem direito a voto. E vou  
228 mais além: para além do licenciamento, que na minha opinião é uma  
229 manifestação técnica e jurídica do poder concedente – respeito quem tem  
230 opinião diferente –, nós temos as normas, essas, sim, que são fundamentais,  
231 e há muito tempo eu não vejo o Conselho Estadual de Política Ambiental se  
232 debruçar sobre as normas. Nós temos uma DN 74, que é de 2004. Nós  
233 vivenciamos no licenciamento no dia a dia uma necessidade de atualizarmos  
234 a DN 74. O Conselho Nacional de Meio Ambiente está atualizando a  
235 Resolução nº 1/86 e a 237/97. E o nosso Conselho ainda não se organizou  
236 para preparar o debate sobre a classificação, os procedimentos do  
237 licenciamento no Estado. Eu acho que nós temos tarefas muito importantes e  
238 nobres para o Conselho e acho fundamental que as entidades possam  
239 participar, se manifestar e ajudar a decidir os novos procedimentos e normas  
240 que regularão o licenciamento. Para muito além do processo de um posto de  
241 gasolina, mas de normas que possam orientar os nossos técnicos e fazer com  
242 que o licenciamento no Estado seja um licenciamento mais transparente, mais  
243 claro para a sociedade, em que o empreendedor saiba que vai entrar hoje  
244 com o processo e saiba quando ele vai sair. Porque aqui nós nunca sabemos,  
245 os procedimentos são sempre difíceis dentro da Secretaria. E nós estamos  
246 buscando construir uma nova estrutura, uma estrutura que permita que os  
247 fluxos ocorram, que os procedimentos sejam considerados. E faço também  
248 aqui uma manifestação de quem está desde 2015 nesta Secretaria. Nós  
249 temos tido procedimentos aqui neste Conselho, e hoje teremos alguns, que  
250 trazem contrárias a empreendimentos, manifestações de arquivamento de  
251 grandes empreendimentos no Estado, embargos de grandes empresas neste  
252 Estado, que faziam de conta que licenciavam. Porque quando nós vamos

253 verificar, no concreto, os processos são horríveis. É preciso que nós nos  
254 organizemos como Estado e como Conselho e que o setor empresarial  
255 também se organize para trazer processos que sejam passíveis de uma  
256 análise técnica decente. Porque muitas vezes o que eu vejo aqui são  
257 processos que chegam para os nossos técnicos terem que arrumar, para que  
258 ao final os empreendimentos tenham alguma chance de evoluir. Então nós  
259 estamos fazendo uma grande concertação nesta agenda ambiental do Estado  
260 de Minas Gerais, e esse é um desafio que o Estado trouxe para si e que nós  
261 vamos conduzir. Imperfeições vão ocorrer, certamente, nós não estamos aqui  
262 querendo dizer que nós não corremos o risco de errar. Mas podem ter certeza  
263 de que o Estado está se movimentando para acertar e para trazer  
264 procedimentos ao licenciamento que deixem claro e transparente a toda a  
265 sociedade os atos que nós iremos adotar deste período para a frente.”

266 Conselheira Ubaldina Maria da Costa Isaac: “Eu concordo com os colegas,  
267 será uma perda a saída do Ministério Público. Eu entendo que o Ministério  
268 Público presente é uma porta para a sociedade para ter mais transparência,  
269 inclusive, do processo de licenciamento. É lógico, a equipe técnica é muito  
270 boa, nós não estamos aqui questionando os pareceres da equipe técnica, mas  
271 é uma porta a mais para que a sociedade tenha conhecimento e se posicione.  
272 Então eu acho que é uma perda, sim, significativa para o Conselho.”

273 Conselheiro Mauro da Fonseca Ellovitch: “Só esclarecer, e precisamos deixar  
274 bem claro isso: é muito diferente a manutenção meramente formal do  
275 Ministério Público, para dar uma aparência de legitimidade, de um  
276 procedimento do qual o Ministério Público foi alijado – essa é a palavra – de  
277 participação. O Ministério Público não se manifesta mais diretamente nos  
278 procedimentos classes 3 e 4, que vão ser definidos diretamente pela Supram,  
279 nem nas Câmaras Técnicas, que vão deliberar os de classes 5 e 6, e não só  
280 postos de gasolina, mas empreendimentos de extremo, alto, gigantesco  
281 impacto ambiental. Então refaço o questionamento: a quem interessa a  
282 retirada do Ministério Público dessas Câmaras Temáticas? Eu acho que todos  
283 nós sabemos a resposta, apesar de não termos a coragem de declarar  
284 expressamente no microfone. Então senhores, ‘colar pena verde num gato  
285 não faz dele um papagaio’, manter o Ministério Público em instâncias em que  
286 não vai ter poder de deliberação não significa participação efetiva do  
287 Ministério Público nos procedimentos de licenciamento ambiental.”

288 Conselheiro Eduardo Antônio Arantes do Nascimento: “Só a título de  
289 esclarecer, doutor Geraldinho, eu agradeço o senhor por ter se manifestado,  
290 porque eu gosto de debater com quem fala. Eu tenho pavor de quem fica  
291 calado por trás, é uma prática menor. Queria esclarecer apenas: o senhor  
292 citou uma questão importantíssima, a DN 74, a reformulação das normas, o  
293 que é necessário. Eu queria apenas lembrar que essa iniciativa cabe ao  
294 governo. Eu me lembro de que, no último um ano e meio, nós da Fetaemg,  
295 junto com a Faemg e a Emater, temos nos empenhado em fazer esse debate

296 da formulação da DN 74 no tocante à agricultura. É só agora depois da  
297 audiência pública na Assembleia que parece que o caminho foi um pouco  
298 mais aberto ao nível da SEMAD. E nós estamos com esperança. Nós  
299 queremos participar nessa perspectiva que o doutor Mauro falou, no sentido  
300 de a participação ter uma consequência positiva, que não necessariamente é  
301 aquilo que você defende. Nós estamos falando é do processo que leva a isso.  
302 E nesse ‘gato com pena de papagaio’ que o doutor Mauro falou, não tem jeito  
303 de esconder isso. O momento mais importante do procedimento do  
304 licenciamento é exatamente o momento do qual o Ministério Público foi  
305 afastado. É evidente, todo mundo sabe isso. Então eu reafirmo o meu  
306 entendimento de que é uma perda, um equívoco, que tem muita coisa a ser  
307 mudada. Foi citada uma aqui: a qualidade da maioria dos estudos ambientais  
308 que orientam os processos que são protocolizados no órgão ambiental é de  
309 chorar. Não se pode colocar a culpa em servidor. Eu acho que tinha que ter  
310 uma determinação de que não cabe ao servidor ficar consertando coisa  
311 errada, coisa incompleta. O governo, o poder público, não é poder subsidiário  
312 de empresa privada. Se não está bom, devolve. Quem sabe um dia acerta.  
313 Então nós concordamos com o que o senhor fala de que há necessidade de  
314 formulação, sim. Não é possível a agricultura ter a mesma metodologia que a  
315 indústria, não é possível considerar e gastar o mesmo esforço num  
316 empreendimento de baixo impacto vis-à-vis um empreendimento de grande  
317 impacto. Isso tem que ser sanado. As equipes são poucas, pequenas, mas,  
318 faço questão de ressaltar, de qualidade. Tem que mudar. Agora, não pode  
319 mudar pelo caminho errado, Geraldinho, o problema é esse. Piora.”  
320 Conselheiro Carlos Alberto Santos Oliveira: “Eu quero apenas me reportar às  
321 palavras do Eduardo, quando ele fala do esforço que a Faemg, a Fetaemg e a  
322 Emater têm feito para buscar um caminho, junto ao órgão ambiental, de  
323 revisão do modelo de licenciamento da agricultura. Se o camarada quer  
324 plantar 30 hectares de milho, nós não podemos submetê-lo à mesma  
325 burocracia que tem uma mineração ou mesmo uma indústria. Presidente e  
326 demais conselheiros, pessoalmente, eu estou preocupadíssimo com o fato de  
327 que todas as entidades que trabalham com essa questão do Cadastro  
328 Ambiental Rural entendem que é um documento importante para o meio  
329 ambiente natural, mas a nossa Secretaria de Meio Ambiente, até agora, não  
330 fez um movimento para reconhecer o Cadastro Ambiental Rural. Nós vamos  
331 continuar tentando conversar para ver se melhoram as coisas.” **4) EXAME DA**  
332 **ATA DA 94ª REUNIÃO, DE 19/2/2016.** Aprovada por unanimidade a ata da  
333 94ª reunião da URC Rio Paraopeba, realizada em 19 de fevereiro de 2016,  
334 com abstenção da conselheira Cíntia Garabini Lages. **5) PROCESSO**  
335 **ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE REVALIDAÇÃO DE LICENÇA DE**  
336 **OPERAÇÃO. 5.1) Ical Energética Ltda. Fazenda do Tronco. Aeroportos,**  
337 **criação de equinos, muares, ovinos, caprinos, bovinos de corte e búfalos**  
338 **de corte, criação de ovinos, caprinos, bovinos de corte e búfalo de corte**

339 **extensivo, cultura de cana-de-açúcar com queima e produção de carvão**  
340 **vegetal oriundo de floresta nativa; silvicultura. Felixlândia/MG. PA**  
341 **01467/2007/004/2014. Classe 5. Apresentação: Supram Central**  
342 **Metropolitana. Retorno de vista: conselheiros Marco Aurélio Moreira,**  
343 **Geraldo Antunes da Conceição, Carlos Alberto Santos Oliveira, Paula**  
344 **Meireles Aguiar e Sônia Maria Costa Greco.** Revalidação indeferida por  
345 unanimidade nos termos do Parecer Único, com abstenções dos conselheiros  
346 Marco Aurélio Moreira, Ênio Resende de Souza, Ana Lúcia Guará Bezerra,  
347 Carlos Alberto Santos Oliveira, Sônia Maria Costa Greco e Geraldo Antunes  
348 da Conceição. Foram registrados elogios ao trabalho da equipe técnica da  
349 Supram. Conselheiro Marco Aurélio Moreira: “É um processo extremamente  
350 complexo, mas eu quero aqui registrar a presteza, a boa vontade e a  
351 qualidade da equipe técnica da Supram.” Conselheiro Mauro da Fonseca  
352 Ellovitch: “Eu quero deixar aqui registrado o meu elogio pela qualidade técnica  
353 não só deste parecer, mas de todos que estão constando nas pautas tanto da  
354 manhã quanto da tarde. Vemos uma evolução gigantesca do trabalho da  
355 equipe técnica da Supram, pareceres bem fundamentados, citação de  
356 doutrinas, jurisprudências, estudos técnicos. Então eu não poderia deixar  
357 passar sem registrar esse elogio.” Presidente André Luis Ruas: “Até em nome  
358 da SEMAD e dos nossos colegas da Supram Central, eu gostaria de  
359 agradecer ao conselheiro Marco Aurélio e ao conselheiro Mauro pelos elogios  
360 à equipe da Supram.” Conselheira Sônia Maria Costa Greco: “Da mesma  
361 forma, eu também parablenizo a equipe técnica da Supram pelo parecer de  
362 excelente qualidade.” **6) PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE**  
363 **LICENÇA PRÉVIA CONCOMITANTE COM LICENÇA DE INSTALAÇÃO.**  
364 **6.1) MIB - Mineração Ibirité Ltda. Lavra a céu aberto com tratamento a**  
365 **úmido, minério de ferro, pilhas de rejeito/estéril. Brumadinho/MG. PA**  
366 **00437/2007/013/2014; DNPM 830.476/1986. Classe 5. Apresentação:**  
367 **Supram Central Metropolitana.** Processo retirado de pauta com pedido de  
368 vista do conselheiro Eduardo Antônio Arantes do Nascimento e vista conjunta  
369 solicitada pelos conselheiros Francisco de Assis Lafeté Couto, Sônia Maria  
370 Costa Greco e Antônio Sérgio dos Santos Vieira. Em seu pedido de vista, o  
371 conselheiro representante da Fetaemg solicitou, e foi acatado pela  
372 Presidência, a realização de uma reunião entre os conselheiros interessados,  
373 o empreendedor, a Supram e representantes da comunidade, em local a ser  
374 definido pela comunidade. O processo deverá retornar à pauta na próxima  
375 reunião da URC Rio Paraopeba. **7) PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA**  
376 **EXAME DE LICENÇA DE INSTALAÇÃO CORRETIVA. 7.1) Distrito**  
377 **Industrial PIB Betim - Distrito industrial e zona estritamente industrial;**  
378 **interceptores, emissários, elevatórias e reversão de esgoto; contorno**  
379 **rodoviário de cidades com população superior a 100.000 habitantes ou**  
380 **sistemas viários de regiões metropolitanas ou áreas conturbadas.**  
381 **Betim/MG. PA 17566/2010/001/2014, Classe 5. Apresentação: Supram**

382 **Central Metropolitana.** Processo retirado de pauta com pedido de vista do  
383 conselheiro Mauro da Fonseca Ellovitch e vista conjunta solicitada pelos  
384 conselheiros Geraldo Antunes da Conceição e Carlos Alberto Santos Oliveira.  
385 **8) PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE PRORROGAÇÃO DE**  
386 **PRAZO DE VALIDADE DE LICENÇA PRÉVIA CONCOMITANTE COM**  
387 **LICENÇA DE INSTALAÇÃO. 8.1) Frigobet - Frigorífico Industrial de Betim**  
388 **Ltda. Abate de animais de médio e grande porte (suínos, ovinos,**  
389 **caprinos, bovinos, equinos, bubalinos, muares etc.) Betim/MG. PA**  
390 **00042/1984/013/2011. Classe 5. Apresentação: Supram Central**  
391 **Metropolitana.** Processo retirado de pauta com pedido de vista do  
392 conselheiro Geraldo Antunes da Conceição. **9) ENCERRAMENTO.** Não  
393 havendo outros assuntos a serem tratados, o presidente André Luis Ruas  
394 declarou encerrada a sessão, da qual foi lavrada esta ata.

395

---

**APROVAÇÃO DA ATA**

396

397

398

399

---

**Presidente André Luis Ruas**